

CIDADES

Prédio sem garagem causa polêmica

É uma medida prevista na atualização da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Santos. Especialista sugere melhorar transporte coletivo

MAURÍCIO MARTINS

DA REDAÇÃO

As mudanças na Lei de Uso e Ocupação de Solo (Luos) propostas pela Prefeitura de Santos, incentivando a construção de futuros prédios sem garagem, conforme reportagem publicada no domingo em A Tribuna, levantaram polêmica na Cidade. Nas redes sociais do Grupo Tribuna, foram muitas as críticas ao projeto, que ainda precisa ser aprovado pelos vereadores.

Para moradores da Cidade, as ruas e avenidas não têm espaço para que tantos veículos fiquem estacionados e o transporte público precisa melhorar muito para que as pessoas não comprem carros. O Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que é um meio de transporte eficiente, por exemplo, abrange uma pequena parte do Município.

Especialista em mobilidade urbana, o professor universitário Rafael Pedrosa afirma que, para reverter os problemas e ampliar o uso do transporte público, que caiu mais de 60% na última década, é preciso investir em um novo modelo de gestão que melhore o serviço prestado.

“Há percepção de que o valor pago não é compatível com o serviço oferecido, o que afasta as pessoas, levando-as a buscar alternativas”, explica. “Também é preciso acabar com o descompasso entre oferta de veículos e demanda, especialmente em horários de pico, e estabelecer parâmetros de intervalo entre as linhas, dando maior previsibilidade para o usuário em relação ao tempo de espera nos pontos”, analisa.

Além disso, pontua o professor, mais conforto e segurança no transporte público são fundamentais. “Atrairiam a população, ge-



“Há percepção de que o valor pago (pelo transporte coletivo) não é compatível com o serviço oferecido, o que afasta as pessoas, levando-as a buscar alternativas”, diz Pedrosa

PROPOSTA PARA FUTUROS EDIFÍCIOS

■ Pelo projeto, os novos empreendimentos construídos não precisarão reservar, no mínimo, uma vaga para cada apartamento, como prevê hoje a legislação. Os construtores poderão erguer edifícios habitacionais sem separar um único espaço para garagem ou poderão oferecer a quantidade que desejarem, de acordo com o tipo de empreendimento

rando menor interesse por veículos próprios. A mudança desse cenário nos colocaria muito mais preparados para a expansão das construções sem garagens, mini-

que planejam lançar no mercado.

■ A Prefeitura propõe, ainda, que a lei garanta benefícios a quem optar por não destinar áreas a estacionamentos e abrir espaços verdes nesses locais. Um deles será de potencial construtivo: as construtoras que atenderem critérios sustentáveis poderão construir mais apartamen-

mizando impactos na já debilitada mobilidade urbana no Município”, considera.

PREFEITURA

A Prefeitura de Santos dis-

tos, porque as áreas comuns não serão computadas no total permitindo em construção para o terreno.

■ Outro benefício é o IPTU Verde, que seria criado para dar descontos ou isenção total dependendo da pontuação sustentável que o prédio atingisse, conforme critérios que ainda serão reformulados em decreto.

se que a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) vai rever as linhas municipais de ônibus, para deixar o transporte mais rápido e com melhor conexão entre

os coletivos.

As atuais 41 linhas de ônibus, segundo o Município, têm wi-fi, ar-condicionado e acessibilidade e integram todos os corredores viários. A Administração destacou a futura operação do segundo trecho do VLT (Conselheiro Nébias-Valongo), em obras.

O Município também estuda como ampliar a atual malha cicloviária, de 57,4 quilômetros para mais de 100, em dez anos.

Sobre a Luos, informou que desobrigar a construção de garagens em empreendimentos tem como objetivo baratear o custo

das unidades para toda a Cidade. Ressaltou que a medida segue o modelo de outras cidades, entre elas, São Paulo.

“Trata-se de uma proposta de mudança a longo prazo, baseada também no novo conceito mundial de mobilidade urbana: incentivar o uso do transporte público e de outros meios de transporte com menor impacto ambiental, como a bicicleta. A alteração também poderá ser uma alternativa, no futuro, para pessoas que trabalham em home office, tendência já potencializada na pandemia.”

MATHEUSTAGÉ